

AS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA NAS TESES DO IMPERIALISMO DE KAUTSKY E BUKHARIN ¹

Vinícius Vieira Pereira²

Resumo

A partir das contribuições de Karl Kautsky e Nikolai Bukharin, datadas das primeiras décadas do século XX, bem como de toda herança que guardam das ideias originárias de Marx, analisa-se como esses dois teóricos interpretaram os efeitos do processo histórico de expansão mundial das relações burguesas de produção sobre as regiões ainda não capitalistas do globo, as mesmas que, posteriormente, passariam a ser tratadas sob o amplo conceito de periferia. Diante de um cenário de autêntico imperialismo capitalista, busca-se resgatar as impressões e preocupações que levaram ambos os autores à percepção ideal de um processo real de polarização da economia mundial em um centro, desenvolvido e rico, e uma periferia, pobre e retardatária, argumento que dominaria as discussões desenvolvimentistas algumas décadas depois.

Palavras-chave: Kautsky, Bukharin, imperialismo, centro-periferia, subdesenvolvimento

Abstract

From the contributions of Karl Kautsky and Nikolai Bukharin, dating from the early twentieth century and of all who keep the heritage originating ideas of Marx, we look at how these two theorists have interpreted the effects of the historical process of global expansion of relations bourgeois production on regions not yet capitalists of the world, the same as they would be treated, later, under the broad concept of periphery. In the era of capitalist imperialism, we seek to rescue the impressions and concerns that led to these authors toward the ideal perception ideal perception of a real process of polarization of the world economy in a center, developed and rich, and a periphery, poor and backward, argument that would dominate the developmental discussions a few decades later.

Tags: Kautsky, Bukharin, imperialism, center-periphery, underdevelopment

¹Extraído do capítulo primeiro da tese de doutorado realizado junto ao Cedeplar/UFMG.

²Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

1. Introdução

Durante as primeiras décadas do século XX, vários autores de influência marxista dedicaram-se a analisar a hipótese do desenvolvimento econômico extraordinário de alguns poucos países basear-se em relações de exploração e dominação capazes de garantir a acumulação ampliada de capital simultaneamente à geração de desigualdades crescentes na economia mundial. Interpretando o capitalismo como caracterizado por contradições e conflitos, suas conclusões apontavam para a produção de uma estrutura hierárquica de relações econômicas mundiais, estrutura esta bastante semelhante a que impera na concepção *centro e periferia*, unidade de análise que, algumas décadas depois, atrairia a atenção de diversos autores, de diferentes influências teóricas, e se tornaria lugar comum nos estudos sobre subdesenvolvimento capitalista.

Vivenciando um período histórico de autêntico imperialismo capitalista, alguns desses teóricos anteciparam um tipo de enfoque analítico que alertava para os problemas que essa intensa invasão do capital provocava sobre as regiões do planeta que ainda não haviam completado o processo de desenvolvimento de suas forças de acumulação. É nesse sentido que buscamos resgatar as contribuições de Karl Kautsky e Nikolai Bukharin, dois teóricos de influência marxista que estão entre aqueles que se preocuparam em apresentar uma análise crítica, em tom de denúncia acerca das consequências desse processo sobre as economias retardatárias.

2. O imperialismo e as primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista.

Como afirmava Hobson (2002), no prefácio de seu estudo sobre o imperialismo, escrito em 1902, tratava-se de investigar com maior profundidade o significado de um termo que estava “na boca de todo mundo”. O fato de políticos, estudiosos e o povo em geral usarem a expressão levou o autor a considerar o imperialismo “o movimento mais poderoso da atual política do mundo ocidental”. Em um ensaio de 1919, Schumpeter dedicou-se a investigar o fenômeno, apontando em suas conclusões para o caráter atávico do imperialismo, uma simples e retrógrada “inclinação puramente instintiva

para a guerra e a conquista”, a qual se identificava com as sociedades pré-capitalistas. Para ele, as nações que se utilizavam desse expediente eram estimulados pelos interesses das classes dominantes e de todos os que tinham a ganhar com o conflito, econômica ou socialmente. Autores marxistas, como Hilferding, Luxemburg, Kautsky, Bukharin e Lenin, a partir de perspectivas diametralmente opostas a de Schumpeter, consideravam o imperialismo completamente identificado e, por que não dizer, essencial ao processo de desenvolvimento das forças capitalistas de acumulação.

Realizando uma profunda investigação histórica sobre as teorias do imperialismo, Etherington (1984, p. 5) defende que a ideia em torno do tema não surgiu com Hobson e nem foi ele o primeiro a perceber que os capitalistas se beneficiariam com o imperialismo. Sua investigação aponta para as primeiras aparições do termo por volta do final do século XIX, mais especificamente, 1898 e 1899, entre escritores americanos de economia e negócios que produziam artigos para o boletim de finanças *U.S. Investors*, de Boston, Massachussets.

Em maio de 1898, o editor chefe do boletim afirmava que “imperialismo é uma palavra nova no nosso vocabulário político e que em breve será falada em todas as línguas” (ETHERINGTON, 1984, p. 7, tradução nossa), chamando a atenção para o fato de que, ao contrário do que poderia parecer, “a guerra era muito boa para os negócios”. Um mês depois, o mesmo informativo expandiria a discussão, passando a tratar de questões como o excesso de capacidade para produzir e de dinheiro acumulado sob a forma de juros e lucros, bem como a transformação das pequenas empresas industriais em gigantescos *trusts*, numa autêntica “combinação de capital” (ibidem, p. 15, tradução nossa). O tema tornou-se recorrente nas páginas do jornal norte-americano e nas edições de vinte e quatro de setembro e oito de outubro de 1898 surge a expressão “capital congestionado” (ibidem, p. 16, tradução nossa), ao que segue fervorosa defesa da necessidade econômica do imperialismo para os mercados.

Ainda em setembro do mesmo ano, um *expert* em assuntos bancários, o americano Charles A. Conant, publica seu primeiro artigo na *North American Review*, cujo título, “*As bases econômicas do imperialismo*”, advogava a essencialidade do imperialismo como mecanismo de absorção dos excedentes de capital, dada a escassez das

possibilidades de investimentos, afirmando ainda a necessidade de, se preciso fosse, que o Estado utilizasse do poder das forças armadas com intuito de abrir e manter novos campos para o investimento de capital. Nas palavras do autor,

Esse novo movimento, imperialismo, não é um assunto de cunho sentimental. É resultado de uma lei natural da economia e do desenvolvimento racial. Os grandes povos civilizados têm, ao seu comando, os meios de desenvolver as nações decadentes do mundo. Esses meios, em seus aspectos materiais, são os grandes volumes de capital poupado os quais são resultado da produção industrial. (Conant, 1898, p. 2, tradução nossa).

Em outra ocasião, o mesmo Conant reforçava a utilização prática do imperialismo e da guerra como alternativas para escapar de um processo de superprodução:

Um congestionamento de capital existe. O problema de encontrar emprego para o capital... é agora o maior de todos os problemas econômicos que nos confronta. A guerra hispano-americana fornece à América a oportunidade de resolver este problema (CONANT, apud ETHERINGTON, 1984, p. 165, tradução nossa).

Disseminando suas ideias, foi em 1900 que Conant publicou uma série de outros ensaios sob o título *The United States in the Orient*. Os argumentos de Conant foram sumarizados, como segue abaixo, por um revisor britânico. Atente-se para a recomendação da política imperialista como alternativa à ausência do liberalismo econômico.

Em todos os países avançados há poupança excessiva que não encontra investimento passível de lucro para o capital que sobra, o que resulta em desperdício e desastre. A saída poderia ser encontrada sem o uso do poder político e militar se a liberdade comercial fosse a política de todas as nações... mas, em caso contrário, a América deve estar preparada para usar de força se necessário for; e a América tem vantagens peculiares, a organização de algumas de suas indústrias na forma de produção de grande escala, sob a forma de trustes, isso contribuirá grandemente na luta pela supremacia comercial da América (in ETHERINGTON, 1984, p. 30, tradução nossa)

Outro a se destacar no tratamento da questão prática do imperialismo naquele momento histórico foi o marxista americano H. Gaylord Wilshire que, tendo migrado para a Inglaterra, realizou campanha pró-socialismo ao final do século XIX. Segundo Etherington (1984, p. 42, tradução nossa), tanto Hobson quanto Lenin tomaram conhecimento do pensamento de Wilshire, prova disso, a semelhança entre alguns parágrafos de sua obra e a de Lenin acerca do tema, bem como a existência de uma carta escrita por Hobson e endereçada a Wilshire, parabenizando-o pelo excelente artigo, *Significance of the Trust*, de 1901, carta na qual Hobson afirmava ser o melhor artigo já escrito sobre a relação entre o capital e o imperialismo. Escrevendo entre 1900 e 1901,

Wilshire defendia que “imperialismo é o meio de desviar para terras estrangeiras essa ameaça de dilúvio causada pelo excesso de poupança doméstica. Isso explica essa mania súbita de imperialismo e sua defesa por parte do Partido Republicano, o qual é a expressão política da riqueza organizada do país” (WILSHIRE, apud ETHERINGTON, 1984, p. 34, tradução nossa).

Para Etherington (ibidem, p. 38), a diferença entre a posição do jornal de finanças norte-americano e a de Wilshire era que, para o jornal, o imperialismo era apresentado como recomendação de política governamental, enquanto para Wilshire, ele já era apresentado como um fato. Em comum, havia a preocupação econômica de se garantir o fornecimento de matérias-primas e a conquista de mercados consumidores para os produtos das fábricas metropolitanas, afinal ambos eram de suma importância para a manutenção do ritmo de crescimento econômico das principais economias industriais.

Fato é que o tema não se restringia ao debate teórico. O imperialismo era um fenômeno real, haja vista o cenário de violenta repartição territorial do mundo entre algumas poucas potências industrializadas, momento de intensa partilha territorial do mundo³

³ Lenin (2011, p. 200) apresenta o seguinte quadro, extraído de A. Supan, Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien, 1906, para mostrar o avanço das posses de colônias, excluídas aí as zonas de influência:

| PERCENTAGEM DE TERRITÓRIO PERTENCENTE ÀS POTÊNCIAS COLONIAIS EUROPEIAS E AOS EUA | | | |
|--|--------|--------|------------|
| | 1876 | 1900 | DIFERENÇAS |
| Na África | 10,80% | 90,40% | 79,60% |
| Na Polinésia | 56,80% | 98,90% | 42,10% |
| Na Ásia | 51,50% | 56,60% | 5,10% |
| Na Austrália | 100% | 100% | 0 |
| Na América | 27,50% | 27,20% | 0,30% |

Além disso, Hobson (2002) apresenta uma enorme gama de dados empíricos que comprovam a expansão territorial capitalista, na qual se inclui o estudo de Mr. H. C. Morris (History of Colonization. In: Statesman's Year Book), de 1900. Nele, pode-se observar que a área compreendida pelas potências e suas possessões cresceu assustadoramente entre 1884 e 1900:

| Aumento territorial e populacional das potências por anexação de colônias e dependências no período de 1884 a 1900 | | |
|--|------------------------------------|-----------------------------------|
| | Área (milhões de milhas quadradas) | População (milhões de habitantes) |
| Grã Bretanha | 3,71 | 57,43 |
| França | 3,58 | 36,55 |
| Alemanha | 1,03 | 16,69 |
| Bélgica | 0,9 | 30 |
| Portugal | 0,8 | 9,2 |

entre alguns poucos países europeus, mais EUA e Japão, países que experimentavam o pleno desenvolvimento de sua produção de manufaturados. Manufatura talvez seja aqui apenas uma figura de linguagem, pois tratava-se do momento em que a produção material em bases capitalistas apresentava ao mundo as poderosas associações capitalistas em torno dos trustes e cartéis como as maiores e mais potentes criadoras e reprodutoras de mercadorias. Comum no vocabulário político e jornalístico da época, para muitos o imperialismo denotava algo digno de orgulho. Nações que praticavam o imperialismo podiam, num só golpe, resolver graves tensões internas, como defendia Sir Cecil Rhodes, lorde inglês e ministro da Colônia do Cabo, na África do Sul⁴, como ainda levar civilização, cultura e desenvolvimento às “raças” inferiores dos colonizados. Logo, a diplomacia ou as forças armadas deveriam atender a esse duplo propósito.

Apesar do exposto até aqui, existiam ainda aqueles para os quais o fenômeno do imperialismo estava sendo supervalorizado no que diz respeito às suas consequências econômicas e sociais e que, portanto, não havia um problema a ser analisado. Era o caso, por exemplo, do barão britânico Lionel Robbins, grande defensor do livre comércio, para quem o imperialismo nada significava, tanto que, em 1935, afirmou que a elevação ou não do padrão de vida de um país dependeria de sua adesão ou não ao livre comércio e não ao fato de possuir ou não colônias (ROBBINS, 1938, p.124).

Depreende-se daí que os que compartilhavam de semelhante impressão entendiam que o desenvolvimento natural das trocas internacionais expandia a economia capitalista para os quatro cantos do planeta, levando mais benefícios às zonas atrasadas do que

No mesmo estudo, John Hobson apresenta ainda a ampliação excepcional dos gastos militares realizados pelas grandes potências Europeias de 1870 a 1898, o que comprova a tendência imperialista. Incluindo Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália, os gastos com equipamentos militares saltam, nesses dezoito anos, de 88,7 para 175 milhões de libras esterlinas (HOBSON, 2002).

⁴ Em discurso proferido em 1895, esse nobre imperialista inglês e um dos ícones da guerra anglo-boer afirmou: “*Ontem estive no East-End e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados, cuja nota dominante era: pão! pão! E ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo. A ideia que acalento representa a solução do problema social. Para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido e uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos de nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.*” (Lenin, 2011, p. 204)

propriamente às metrópoles industriais. O livre comércio, mesmo entre metrópole e colônia, não podia ser identificado com qualquer relação desigual, mas, ao contrário, um comércio voluntário, ainda que tenha exigido inicialmente o uso da força na sua fase colonial, não se torna “uma exceção ao princípio da vantagem para todos” (HICKS, citado por BROWN, 1978, p. 26).

Mas, dados os objetivos do presente artigo, interessa-nos aqui resgatar as preocupações dos autores que interpretaram a expansão imperialista do capitalismo a partir de um prisma que explique a construção da estrutura polarizada e desigual da economia mundial e não que a negue. Para Lênin (1984, p. 2), por exemplo, o período que se estende de 1871 a 1914 foi de uma realidade dúplce do sistema capitalista. Enquanto significou, para “os mais adiantados países da Europa”, ou pelo menos para um décimo de sua população, paz, prosperidade e expansão “pacífica” (entre aspas também no original) por sobre os “imensos territórios e países ainda não arrastados para o torvelinho do capitalismo”, para os povos das colônias e países atrasados, bem como para os outros nove décimos da população dos próprios países mais avançados, o capitalismo era sinônimo de “opressão, torturas e horrores”.

A importância dessa observação reside no fato de que certa atenção passava a ser dispensada aos efeitos do imperialismo sobre as regiões subjugadas, ou seja, às condições de vida e à realidade das “colônias e países atrasados” (ibidem, p. 4). Apesar de ainda não significar o início de um tratamento sistemático da questão do desenvolvimento capitalista das regiões mais pobres do planeta, os malefícios que a onda de expansão imperialista provocava sobre essas áreas economicamente atrasadas, sob o ponto de vista do modo de vida predominante nas economias europeias, começavam a ser relevados e avaliados. Especialmente se considerarmos que em seu conjunto, os autores marxistas que à época se debruçaram sobre o tema relacionavam o imperialismo com um determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo, bem distinto, portanto, da visão de distúrbio, ou patologia, predominante em John Hobson⁵, ou do caráter atávico presente no argumento de Joseph A. Schumpeter⁶.

⁵ Para John Hobson, o imperialismo era um problema do capitalismo causado pela extrema concentração da renda, que tornava ociosos grandes volumes de capital nas mãos de poucos capitalistas gerando

Se toda formação social histórica exige uma forma determinada de expansão e desenvolvimento, para os primeiros teóricos marxistas do imperialismo ver-se-á que a forma utilizada pelo capitalismo, em uma determinada fase de maturidade, não está muito longe da teorização de Marx acerca dos primeiros movimentos do colonialismo, a de transformar áreas não capitalistas em capitalistas, destruindo relações de produção que não as baseadas no trabalho assalariado e, desta forma, forçando uma classe de operários a produzirem valor muito além das suas necessidades vitais, afetando objetivamente a estrutura social vigente nessas regiões.

2.1. A herança de Marx: imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento

Enquanto Brown (1978, p. 53) afirma que não há em Marx uma teoria específica sobre o imperialismo, Löwy (1998, p. 2) defende que, por ter escrito antes da era imperialista, Marx não podia dar conta de um problema que estava ligado diretamente à expansão mundial do capital. No entanto, Marx antecipa dois argumentos que influenciaram toda uma vertente de pensadores. Primeiramente, indissociável de seu método de análise⁷, a ideia acerca do caráter contraditório, desigual e desequilibrado do processo de desenvolvimento da acumulação de capital. Em segundo lugar, a ideia de que a expansão do capital não obedece quaisquer limites ou obstáculos impostos por fronteiras geográficas ou políticas, pois “o próprio mecanismo do processo de produção

excesso de poupança, deficiência de demanda efetiva e necessidade política e econômica de buscar novos investimentos lucrativos no exterior. Cf. Hobson (2002; 2009)

⁶ Para Joseph A. Schumpeter, o imperialismo era uma anomalia e deveria ser tratado como reminiscências de uma era passada, típica da era mercantilista e produto da sobrevivência de práticas e mentalidade herdadas das monarquias absolutistas do século XVIII. A orientação para a guerra, ao contrário da paz e da liberdade burguesas, é “elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado” assim como as tendências imperialistas. Portanto, o imperialismo tinha um caráter atávico. Cf. Schumpeter (1961).

⁷ A dialética do concreto, do real, e a análise histórica do progresso material das forças produtivas das sociedades humanas, ao abandonar a concepção idealista hegeliana da história, levam à percepção de que a dinâmica do desenvolvimento social é resultado das contradições e antagonismos existentes nas condições materiais que dominam no seio da própria unidade analisada. Assim, contradição entre interesse privado e coletivo resultante da própria forma de divisão do trabalho, entre produção social e acumulação privada, entre Capital e Trabalho, o antagonismo existente entre sociedade e Estado de classe são próprios de uma específica estrutura social que prevalece em um determinado tempo histórico do desenvolvimento da humanidade. Por isso a categoria mais simples da análise já traz em si o germe da mais desenvolvida delas. Logo, o desenvolvimento desequilibrado, desigual, contraditório do capitalismo não é senão a forma de existir desse modo de produção. Sobre o método de Marx em sua crítica à economia Política, sugerimos: Marx (2007, Prefácio e Introdução); Marx e Engels (1998; 2011a); Engels (2007); e ainda, Kosik (1976) e Grespan (1998).

capitalista elimina os empecilhos que ele temporariamente cria” (MARX, 1983b, p. 192);

Portanto, cada época específica do desenvolvimento da humanidade deve ser entendida com base nas contradições que imperam na vida material, ou pelo “conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2007, p.46), ou relações de propriedade. Por isso, para Engels (1975, p. 22), superprodução e miséria das massas devem ser analisadas como causas uma da outra, ou como fruto da contradição imanente de uma sociedade cujos indivíduos trabalham, produzem e se relacionam não como resultado de um processo que busca a satisfação das necessidades coletivas, ou que visa a emancipação dos seus componentes, mas movidos, essencialmente, por interesses econômicos.

Além disso, Marx percebe que a acumulação do capital e a forma como se fundamentava a proletarização da força de trabalho faziam do capitalismo um modo de produção mundial, adiantando-nos, pois, a vigência de uma divisão internacional do trabalho que conformava um núcleo de exploradores e uma grande massa de explorados. O ponto de partida do capitalismo se mostra, então, como sendo o mercado mundial, que se estabelece na generalização da mercadoria e na confrontação do capital-dinheiro com outras formas de produção que não apenas a baseada no trabalho assalariado. Assim, a ideia de que a lei do valor tende necessariamente a avançar, movida por antagonismos, sobre a mais vasta região do globo construindo verdadeiras arenas para a valorização do capital em escala ampliada ronda grande parte da obra de Marx.

Seja quando trata da concentração e centralização dos meios de produção social, o monopólio, como consequência da própria dinâmica da concorrência capitalista em seu processo de acumulação de capital (MARX, 1983b, p. 187 et seq.); quando apresenta suas teorias da colonização como fenômeno imanente da expansão capitalista (MARX, 1983b, p. 295 et. seq.) levando a efeito uma divisão social do trabalho em escala mundial; quando seleciona o comércio exterior e o aumento do capital por ações como causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1984b, p. 180-182); como parte integrante e necessária da dinâmica da produção da maquinaria na

grande indústria, haja vista a importância decisiva do momento em que a “máquina conquista seu raio de ação” visando “os extraordinários lucros que ajuda a produzir” (MARX, 1983b, p.63); como força expansionista imanente ao modo capitalista de produção, que necessita ampliar sua área de atuação por meio da produção de capital com a finalidade de produzir mais capital conformando hegemonias ou centro de gravidade em torno do qual a economia mundial orbita (MARX; ENGELS, 1976). Por isso perceberemos que entre os teóricos marxistas do imperialismo há uma tendência dominante de se procurar compreender este processo não como um movimento autônomo, ou um problema provocado por forças exógenas e que de alguma forma se infiltra no sistema capitalista, como em Hobson e Schumpeter, mas de percebê-lo como tendência própria e necessária da expansão da acumulação de capital.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998) já mostravam a patente necessidade do capital de ampliar-se por sobre a mais vasta área mundial possível, dada a necessidade crescente da burguesia de expandir-se sobre todo o globo terrestre, com o intuito de fazer novos contatos, de escoar seus produtos, de instalar suas bases industriais, de buscar matérias-primas, em suma de se livrar do isolamento e dos particularismos locais característicos da sociedade feudal que ela lutara para exterminar. A partir daí, Marx avança da mercadoria à forma dinheiro, em especial, ao dinheiro mundial. “É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito” (MARX, 1983a, p.119).

A vocação do capital era transformar o mundo na mais vasta área para a valorização do capital, ainda que continuassem a coexistir, simultaneamente, num ou noutro canto, ou amiúde em alguns setores produtivos, relações econômicas baseadas em tipos não capitalistas, ou pré-capitalistas. Essa expansão, em busca da apropriação de novos territórios econômicos é tratada com bastante especificidade quando Marx (In: MARX; ENGELS, 1977, p. 286-297) analisa os resultados da dominação britânica sobre as Índias. Para ele, a Inglaterra operava a aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. E ainda, que os britânicos eram os primeiros conquistadores superiores e conseqüentemente inacessíveis

à civilização hindu, destruindo assim as comunidades nativas, extirpando-lhes a indústria e nivelando tudo o que era grande e superior naquela sociedade. Nesse sentido alerta para o fato de que as Índias só recolheriam os frutos dos elementos semeados pela burguesia se uma revolução operária capitulasse o capitalismo na Inglaterra ou se os hindus se tornassem fortes o suficiente para rejeitarem o jugo inglês e assumirem os rumos de seu desenvolvimento.

Dois importantes elementos se elevam a partir dessa análise. A ideia de um centro econômico hegemônico, que no decorrer do tempo histórico sofre mudanças substitutivas, em torno do qual gravitam suas diversas zonas de influência, argumento este tratado em um artigo apresentado na Gazeta Renana, em fevereiro de 1850, sob o sugestivo título de *Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial*⁸. E a concepção de que o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas dependia da implementação de um processo produtivo autônomo e pautado na industrialização, haja vista a “enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial” (MARX, 1983b, p.64).

Uma vez que a vida da indústria era uma sequência que alternava períodos de “vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (ibidem, p. 63) e como a dinâmica baseava-se em produzir de maneira febril até a saturação dos mercados, era essencial ao capitalista lutar pela sua maior participação em meio à concorrência. Logo, a parte que caberia a cada capitalista individualmente estava “numa relação direta com a barateza do produto”, o que dependia do aumento da produtividade do trabalhador. A indústria, como o celeiro do progresso técnico aplicado aos meios de produção, capaz de arrancar o maior sobreproduto do operário, garantia a esse setor a predominância no processo de acumulação. Além disso, Marx acrescenta que quanto mais tempo levasse esse processo de constituição e desenvolvimento de uma indústria

⁸ Naquele momento, observando toda a euforia causada pela corrida do ouro na Califórnia, e os rendimentos que aquelas mágicas minas prometiam, Marx antecipava que estava a ocorrer, nas Américas, o início de um processo de deslocamento do centro de gravidade da economia mundial um novo descobrimento, mais importante que o próprio descobrimento das Américas, e que, em breve, faria de Nova York e San Francisco o centro do mundo, assim como, outrora, haviam sido Inglaterra, Gênova e Veneza e, na era antiga, Alexandria (MARX; ENGELS, 1976).

própria, maiores as dificuldades para um país se libertar do domínio e da subjugação de outrem.

“A única probabilidade dos países civilizados da Europa não caírem, em relação ao EUA, na mesma dependência industrial, comercial e política em que se encontram a Itália, a Espanha e Portugal modernos é iniciarem uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas, e permita o desenvolvimento de novas forças de produção que assegurem a superioridade da indústria europeia” (MARX; ENGELS, 1976, p. 137).

Portanto, Marx toma o devido cuidado de alertar para a ideia de que quanto antes um país inserir-se na concorrência industrial mundial regida pela acumulação de capital, maiores as suas chances de se livrar da condição de subordinado do sistema. As relações capitalistas, que alcançavam sua forma mais desenvolvida na grande indústria, uma vez dominantes na economia mundial, acabavam por definir o lugar e a importância que uma forma social distinta teria para o todo. Mas, ressalvando-se que o fato de se desenvolver industrialmente significava, antes de amainar, impressão que poderia resultar da análise superficial do fenômeno, ampliar os antagonismos de classe gerados pelo processo de acumulação seja para a região específica, bem como para a totalidade do sistema. Além disso, se em algumas áreas o processo pode ser cumulativo e levar ao desenvolvimento, em outras pode significar bloqueio (Brown, 1978, p. 64), afinal, como sabemos, o desenvolvimento histórico não segue um padrão linear e positivo em Marx.

Para Marx (1983b, p.63-64), o que ocorria era a criação de “nova divisão internacional do trabalho adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção agrícola para o outro campo preferencialmente industrial”, este último, o centro do sistema. Na opinião de Brown (1978, p.50), esta foi a mais clara referência feita por Marx ao processo recíproco, concomitante, de geração de desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente, pois essa divisão internacional do trabalho se efetivava via processos que se interconectavam.

Pode-se deduzir então, que os países coloniais ou semi-coloniais, “países estrangeiros” (ibidem, p. 65), desempenhavam funções específicas para os centros industriais dominantes, como receptáculos dos excedentes de trabalhadores dos centros industriais e como fornecedores de alimentos e matérias primas necessários às metrópoles. Como

exemplos dados por Marx, os EUA e a Índia foram obrigados a produzirem algodão, enquanto a Austrália, lã, para a indústria inglesa⁹. Estavam, portanto, determinados o lugar e a importância dessas áreas e das relações que lá imperavam, para a acumulação de capital que se operava em escala mundial. Para que as colônias se tornassem áreas capitalistas era necessário que os produtores locais, nativos ou imigrantes, que produziam e acumulavam para si mesmos, porquanto proprietários de seus próprios meios de produção, fossem expropriados por hordas de capitalistas. Marx afirmava que a profunda hipocrisia e a barbárie próprias da civilização burguesa, apesar de assumirem formas respeitáveis em sua terra natal “se desnudam e se mostram sem véus nas colônias” (In: MARX; ENGELS, 1977, p. 296).

Não obstante, o avanço da exportação de mercadorias e capitais para investimentos nas colônias, a expansão do crédito e do capital a juros e o advento dos grandes monopólios industriais, elementos indispensáveis para a análise do imperialismo capitalista e o entendimento da conformação de um sistema polarizado entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se fundem para explicar como o comércio exterior e o subsequente aumento do capital por ações atuariam como causas contrariantes da lei tendencial da queda da taxa de lucro (MARX, 1984b, p.180-182). “Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada”, pois nas colônias, o capitalista do país adiantado concorre com mercadorias que lá são produzidas com menores facilidades, dado o menor desenvolvimento das técnicas produtivas, o que o possibilita a venda acima do valor individual de sua mercadoria. Recebe, portanto, mais trabalho em troca de menos trabalho¹⁰, argumento que será retomado em sua essência, por Nikolai Bukharin, como veremos mais adiante neste trabalho.

⁹ A partir de dados extraídos de um relatório parlamentar de fevereiro de 1867, em atendimento à solicitação da Câmara dos Comuns, Marx ainda demonstra que, de 1846 a 1865, as exportações de lã, algodão, farinhas, grãos variados, como trigo, feijão, ervilha, milho, aveia, etc., dos EUA, Índia, Cabo da Boa Esperança e da Austrália, com destino à Grã-Bretanha multiplicaram-se de cinco a dez vezes, ou mesmo quinze vezes, dependendo do produto e da região. Isso o levou a afirmar que “(...) não há dúvida alguma (...) que a marcha acelerada da fiação de algodão promoveu de modo artificial a plantação de algodão nos Estados Unidos (...)”. E mais, que “o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é, ele mesmo, um produto da grande indústria (...) inglesa. Em sua atual configuração (1866), precisam ser ainda considerados uma colônia da Europa” (Marx, 1983b, p. 63-64).

¹⁰ Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx se expressa claramente sobre o tema, sem deixar de pontuar que a exploração na produção pode ser obnubilada pelas trocas: “três dias de trabalho de um país podem ser

Para Marx, se o comércio exterior esteve na gênese do modo de produção capitalista, sua ampliação torna-se condição de seu próprio progresso, dado que a necessidade de mercado sempre mais amplo é produto da acumulação. Vejamos, então, como Kautsky e Bukharin, apoiando-as em uma base analítica proposta por Marx, contribuem para a construção de uma teoria marxista do imperialismo capitalista, decisiva para se entender, na visão desses autores, a existência de uma polarização do mundo entre ricos e pobres.

3. Karl Kautsky e a dicotomia do desenvolvimento: indústria e agricultura

Desproporção entre os setores produtivos e crises recalcitrantes. Kautsky (1920) considerava o desenvolvimento do capitalismo como que marcado pela desproporcionalidade. Por isso, tal como Hilferding, Kautsky defendia que a sociedade cuja estrutura material se assenta em bases capitalistas está sempre exposta a crises econômicas, crise cuja solução cria, de imediato, as pré-condições para a crise seguinte. Tal desproporção pode ser explicada pelo avanço mais acelerado do setor industrial do que o observado no setor agrícola. Essa dicotomia entre industrial e agrícola marca o argumento do marxista checo que, após a morte de Engels, em 1895, passou a ser considerado entre os mais influentes conhecedores da obra de Marx, ao qual foi apresentado em 1881, na Inglaterra. Amigo de Engels, fundador do periódico *Die Neue Ziet* na Alemanha, Kautsky foi o seu editor desde o momento de sua fundação, em 1883, até setembro de 1917, quando então se desligou do Partido Social Democrata da Alemanha – SPD, para se juntar ao Partido Social Democrata Independente da Alemanha – USPD.

Tendo se filiado ao Partido Social Democrata da Áustria – SPÖ, quando ainda vivia em Viena, em 1875, Kautsky sentiu, na pele, todo o conflituoso debate teórico entre as alas que dividiam o partido no início do século XX. Apesar de toda ortodoxia marxista presente em seu pensamento, sua dedicação à causa operária e à percepção da inevitabilidade de superação da ordem capitalista que descartava como utópica qualquer

trocados por um único dia de trabalho de outro... Nesse caso, o país rico explora o pobre, mesmo que este ganhe através da troca” (Marx, 1980, p. 478, citado por Brown, 1978, p. 63).

transição não revolucionária ao socialismo¹¹, a partir de finais da década de 1910, especificamente a partir de seu texto *O caminho do poder*, de 1909, Kautsky procurou “adequar os princípios gerais de sua estratégia” (MUSSE, 2005, p. 163). Tomou então uma posição centrista dentro do partido social-democrata e aderiu a uma visão evolucionária do socialismo, posicionando-se contrariamente às alas mais radicais dos sociais-democratas, entre as quais estava Rosa Luxemburgo. Anos mais tarde, chegou a criticar veementemente a opção política bolchevista na Revolução Russa (KAUTSKY, 1919), o que lhe custou o título, em tom de crítica, de “revolucionário inimigo da revolução” (LENIN, 1977).

O perfil teórico e ideológico do editor do quarto volume d’O Capital e que, segundo Lenin (1977), foi a maior autoridade da Segunda Internacional, conseguiu reunir o lado revolucionário e o lado reacionário desse movimento, pois enquanto especialista teórico em marxismo podia passar-se pelo mais ortodoxo dos marxistas, mas o lado revolucionário dos seus ensinamentos jamais sobressaía como tal (MATTICK, 1939), o que acabou atraindo alguns integrantes liberais burgueses para dentro dos quadros da social-democracia.

Durante os anos de 1914 e 1915, período durante o qual Kautsky escreveu seus principais artigos acerca do imperialismo, como *Ultraimperialismo*, que veio à tona em setembro de 1914, o clima é de tensão, especialmente no que diz respeito às duras críticas endereçadas ao Partido Social-Democrata alemão pelos marxistas radicais. A principal questão pairava em torno do colapso do capitalismo. Seria aquele momento de imperialismo explícito um prenúncio do fim da economia de mercado? Estaria batendo à porta o modo socialista de produção? As necessidades sociais, e não as do mercado tornar-se-iam o objetivo da produção social? Haveria de ter chegado o momento histórico de superação do capitalismo? Um regime socialista colocaria fim, num só golpe, a todas as empresas privadas, independentemente do nível de desenvolvimento de cada Estado capitalista? Os níveis alcançados pelas técnicas de produção já permitiam garantir a todos os trabalhadores salários mais elevados, bem-estar e tempo livre capazes de promover uma autêntica emancipação do proletariado enquanto classe,

¹¹ Cf. Musse (2005, p. 160-162)

missão maior da social-democracia? A guerra indicava o fim do capitalismo ou apenas do imperialismo?

Tais questões mostravam que o devir social exigia elementos da práxis socialista. Não se tratava de acertar ou não as projeções futuras. Kautsky, após a guinada revisionista em seu pensamento, estava plenamente convencido¹² de que, se existia um nível historicamente necessário como condição para o socialismo, tal nível já havia sido alcançado. A construção de um modo de produção socialista poderia emergir das estruturas que o próprio desenvolvimento capitalista havia criado. A concentração do capital das empresas privadas, as cooperativas, as empresas comunais e estatais indicavam, para ele, que a estrada para esse novo modo de produção já estava sendo aplainada e que um regime social-democrata já poderia “naturalmente” instaurar a produção socialista. (KAUTSKY, 2009b, p. 483).

Além do colapso econômico, o capitalismo necessitava de um “colapso moral” (ibidem, p. 487) capaz de eliminar o imperialismo e retirar da instabilidade geral daquele momento, marcado por contradições, antagonismos e um sangrento conflito armado, uma oposição massiva capaz de debilitar a ordem existente. Esse era um dos lados, talvez o mais aparente, da questão. Por outro lado, existia a alternativa de que uma política internacional que emergisse do pós-guerra e inaugurasse, por meio do desarmamento e de uma paz duradoura, “uma nova era de esperança e expectativas no interior do capitalismo” poderia adiar, por tempo indefinido, tanto o colapso econômico como o colapso moral desse sistema. A essa política internacional, que substituiria o imperialismo e uniria as nações imperialistas mais poderosas, denominou de superimperialismo, ou ultraimperialismo. Um tipo de cartel internacional formado por capitalistas industriais e financeiros dos países mais fortes e seus poderes de Estado.

¹² Em debate com Cunow, teórico marxista que criticava os quadros moderados da socialdemocracia alemã pela posição centrista adotada, entre os quais se encaixava Kautsky, este afirma que um mínimo requerido de condições objetivas para o advento do socialismo já havia sido alcançado. As condições subjetivas, a outra face da questão, constituíam o elemento mais difícil, pois tratava-se de desacreditar no modo capitalista de produção, mas desde que tal descrença partisse não das classes adversárias naturais do capitalismo, os assalariados, mas também daqueles que, não interessados na exploração capitalista, estejam sofrendo direta ou indiretamente com o desenvolvimento dessa forma de reprodução social, como os intelectuais, a pequena burguesia e mesmo os pequenos capitalistas, em suma, a classe média. (KAUTSKY, 2009b, p. 486-488)

Uma “federação dos mais fortes” que faria todos renunciarem às armas. Tal fase seria marcada pela reconquista de um capitalismo pacífico¹³, uma vez eliminados os conflitos beligerantes causados pela corrida expansionista imperialista. Este, de acordo com Kautsky, apesar de tão ou mais perverso para a classe do proletariado do que o imperialismo vigente poderia prolongar a sobrevivência de um sistema que se imaginava moribundo.

Percebe-se em Kautsky, que suas ideias mais amplas, mais desenvolvidas, são expansões de um mesmo argumento em escala mais restrita. Por isso, o corte que separa as nações ricas, ou industriais, das pobres, ou agrárias, é o mesmo, porém em escala ampliada, que divide os setores industriais dos agrários dentro de um mesmo território nacional. As zonas agrárias têm uma importância dual para o setor industrial. Se, por um lado, são fornecedoras de alimentos e matérias-primas, representando a oferta para o setor industrial, por outro são também os consumidores dos produtos manufaturados.

Portanto, no capitalismo teríamos, constantemente, a violação da proporcionalidade inter-setorial, necessária ao desenvolvimento tranquilo e equilibrado do sistema, dado que o setor industrial cresce de forma mais rápida, produtiva e dinâmica do que o setor agrícola. Assim, ou o setor agrícola não consegue consumir todos os bens produzidos pelo setor manufatureiro, caso em que há superprodução, ou o setor agrícola não consegue oferecer matéria-prima e alimentos na quantidade requerida pela indústria, caso em que se observa a escassez. No sistema capitalista, uma harmonia duradoura

¹³ Kautsky (2009a), semelhante a Hilferding, refere-se à fase do capitalismo de livre comércio como sendo pacífica, tendo durado aproximadamente até os anos de 1860/70, quando a Inglaterra era a oficina mecânica do mundo e a configuração de uma divisão internacional do trabalho colocava grande parte das economias do planeta à disposição dos interesses da indústria inglesa hegemônica. O imperialismo era, portanto, o responsável pelo acirramento dos antagonismos, criando um clima de violência e guerra entre os Estados capitalistas. Tal argumento foi duramente criticado por Lenin, que o considerou um marxista renegado, ou um ex-marxista. Lenin, que antes era admirador do trabalho e das convicções de Kautsky, considerava que esta era uma postura pequeno-burguesa, era como defender uma teoria que pretendia abolir os antagonismos, as contradições iminentes do modo capitalista de produção, delegando todos os males comuns do capitalismo a um outro elemento, o imperialismo. Segundo Lenin, a questão não girava em torno de saber se as elucubrações acerca de um super-imperialismo eram concebíveis ou não, pois, teoricamente, tudo é possível de ser imaginado, até mesmo uma fase de santa associação mundial entre os magnatas do capital. A crítica maior residia no aspecto oportunista e idealista da proposta de Kautsky, que ignorava os mais graves problemas da atualidade para sonhar com um futuro sem problemas, segundo Lenin, “*uma alienação deliberada para sonhar*”. (LENIN, 1984)

entre os setores produtivos, onde ambos produzissem em proporções exatas, seria impossível e inalcançável.

Para Kautsky (2004), dado o maior ímpeto em direção à acumulação de capital, a indústria necessita se expandir rapidamente para que a sociedade não seja lançada na miséria, pois cabe a este setor garantir a geração de empregos que compensará o desemprego no setor agrícola, que está sempre dispensando mão-de-obra. Considerava, assim, que enquanto na indústria ocorria uma redução relativa de trabalhadores, na agricultura tal redução se dava em termos absolutos. Mesmo quando o campo mantivesse sua população de trabalhadores estacionária, caberia ao setor industrial, ou às cidades, a incumbência de arcar com o crescimento populacional em si, atraindo para a cidade as hordas de trabalhadores egressos do campo.

Por esse motivo, a famosa lei da população de Malthus, crescimento da produção de alimentos em proporções inferiores ao crescimento da população, deveria ser modificada e tratada, segundo Kautsky (2004), como uma lei da acumulação capitalista. Ao invés da concepção original do liberal inglês, o marxista austríaco propôs que a população industrial de uma região é que cresce como uma série geométrica, enquanto a população das zonas agrícolas permanece estacionária ou decresce. Para agravar ainda mais o quadro, a produtividade do trabalhador da indústria cresce muito mais rapidamente que a do trabalhador agrícola, o que provoca fortes oscilações nos preços relativos dos dois setores. Torna-se, então essencial à continuidade do processo de acumulação capitalista que a indústria continue garantindo empregos a uma população crescente, o que só será possível a partir do momento em que prossiga encontrando novos mercados agrícolas para além das fronteiras distritais, expandindo assim, extensivamente, tanto o consumo dos produtos industriais quanto a oferta de produtos primários, ambos garantidos pelas zonas rurais.

É nesse raciocínio que se enquadra a onda imperialista e, por extensão, a divisão do mundo entre áreas industriais e agrárias, ou, produtoras de bens de produção e de bens de consumo. Se a desproporção setorial é marca registrada da produção em bases capitalistas, evidente que as nações industrializadas precisariam expandir constantemente as áreas agrícolas com o intuito de garantirem certa compensação contra

a perda da proporcionalidade produtiva e populacional setoriais. A sobrevivência do capitalismo estaria condicionada à expansão extensiva e crescente do capital por sobre novas zonas agrárias.

Cabia ao grupo formado pelos países industrializados a origem dessa força expansionista em direção aos países essencialmente agrícolas, força tipicamente centrífuga. E uma das formas de manifestação dessa tendência é o imperialismo, assim como outrora havia sido o liberalismo. Kautsky (2009b, p. 471) preferia definir o imperialismo como um “tipo particular de política utilizado pelas frações capitalistas dominantes na fase do capitalismo avançado”, e não como a própria fase. Afirmava que sua definição aproximava-se mais da de Hilferding, pois acreditava que, para este, o imperialismo era também uma política específica de expansão do capital, a política utilizada pelo capital financeiro.

Subjugadas e dominadas pelos países capitalistas industrializados, as nações agrárias, que representavam a parcela subdesenvolvida do globo, deveriam desempenhar duas funções, a de servir como exportadoras de matérias primas, alimentos e minério necessários à indústria estrangeira, e atender como importadoras dos bens de consumo industrializados e de capital, atuando como novos mercados para investimentos dos grandes capitalistas industriais e financeiros. Dessa forma, o mundo capitalista conforma uma clara divisão. De um lado, estão os países capitalistas industrializados, que são as nações mais fortes. A estes cabem o domínio, subjugação e exploração das nações agrárias, locais para os quais o capital é exportado, criando mercados para os produtos industrializados, reprimindo as pré-condições necessárias ao desenvolvimento local de um setor industrial próprio, liberando mão-de-obra em quantidade suficiente para o capital forasteiro explorar como trabalho assalariado e garantindo a continuidade dos interesses dos capitalistas estrangeiros.

E essa conformação dos países calcada em relações de submissão e subjugação parece, em Kautsky (2009a, p. 458), perene e de difícil transformação, haja vista ser de interesse dos países industrializados a manutenção do controle dessas zonas como áreas agrícolas, impedindo, com esse intuito, o desenvolvimento de uma indústria local nacional. Não obstante, permanecer como nação agrária significava abrir mão de toda e

qualquer autonomia política e econômica. Era simplesmente existir em favor das nações industrializadas, uma vez que prosperidade e autonomia dependiam do desenvolvimento da industrialização.

Sair dessa armadilha significava, na opinião de Kautsky, desenvolver um setor industrial, tarefa das mais árduas e empreendida apenas por alguns poucos Estados que, podendo contar com o apoio da autoridade política local, lançaram mão de políticas protecionistas e outros esforços, buscando assim, desenvolver seus parques industriais próprios. Em seguida, faziam o mesmo caminho dos demais, ou seja, partiam em busca de territórios ainda virgens, isto é, livres do controle de outro país capitalista. Conquistavam colônias, quando exerciam o controle direto do país, ou zonas de influência, quando tal controle se dava de forma indireta (ibidem, p. 460). Colonização e corrida armamentista eram, portanto, as verdadeiras *raízes do imperialismo*¹⁴, em busca do mais vasto território econômico possível.

Há outro ponto importante na perspectiva de Kautsky que não poderia ficar ausente de nossa pesquisa haja vista sua relevância causal, recorrentemente utilizada, dentro do debate sobre a divisão do sistema mundial entre países avançados e atrasados. No momento em que defende que os impulsos para a expansão territorial não se limitavam apenas aos objetivos econômicos, do tipo criar ou dominar mercados, mas que também tem raízes nacionalistas e culturais, Kautsky (2004) analisa o conflito na região dos Bálcãs, gerado pela agressão da Áustria contra a Sérvia, numa tentativa de anexar, de fato, a Bósnia e de trazer a Albânia para dentro da esfera de influência austríaca. Acerca do assunto, o autor marxista pontua que um avanço do tipo imperialista somente deve ser empreendido quando se tratar de dominação sobre zonas agrárias que se encontram *culturalmente* bem abaixo do país imperialista e jamais entre países culturalmente próximos e que compartilhem semelhantes nacionalidades ou origens étnicas, como o caso eslavo em questão. Em assim sendo, a consequência será, inevitavelmente, a guerra.

¹⁴ Kautsky (2004, p. 6) faz uma analogia à expressão usada por John Hobson em seu capítulo *As raízes do imperialismo*, da obra *Imperialism: a study*, já tratada por nós.

Portanto, torna-se necessário interpretar o significado de *cultura* no contexto em que aparecem, especificamente, nesses escritos de Kautsky. Apesar de, em outros de seus escritos, aparecerem expressões como povos bárbaros, selvagens ou indígenas em substituição a expressão povos coloniais, o que poderia sinalizar para a existência de preconceitos culturais e étnicos em Kautsky, em nosso entendimento, a expressão *cultura*, ou *nível cultural*, especificamente em Kautsky (2009a, 2004), ou em Bukharin (1984), onde, conforme veremos a seguir, reveste-se de importância ainda maior, encontra-se em associação estreita com nível de *progresso técnico*. Nesses termos, confunde-se com “nível de evolução das tecnologias de produção”, ou ainda, “grau de aperfeiçoamento das forças produtivas”, ambas as expressões utilizadas alternativamente pelo autor, o que pode ser entendido como nível de desenvolvimento técnico do setor industrial de uma nação. Na versão inglesa do artigo *Ultra-Imperialism*, de Kautsky, aparecem os termos *culture* e *culturally*¹⁵. Na tradução para o português (Kautsky, 2009a, p. 463), a expressão “[povos] *culturalmente bem abaixo*” transforma-se em “[povos] *muito menos civilizados*”, e “*povos com a cultura de mesma origem*”, foi traduzida como “[povos com] *semelhante nível de civilização*”. As mesmas congruências entre “*culturalmente elevado*” e “*civilizado*” estarão presentes em Bukharin (1984), onde o mesmo alerta para a importância do termo “*progresso técnico*” nesse entendimento.

Para Bukharin (1984), assim como em Kautsky (2009a, 2004), cultura e civilização estão estreitamente associadas ao nível de desenvolvimento das forças produtivas de um povo. Para o primeiro, as forças produtivas funcionam como ponto de partida das transformações sociais. Isso explica, por exemplo, a importância que ele deposita na técnica social vigente empregada na produção de bens materiais em determinada sociedade humana como fator dinâmico para as condições do seu desenvolvimento. O grau de destreza e o aperfeiçoamento técnico da mão-de-obra podem transformar um estoque constante de recursos naturais em uma quantidade variável de produtos, fazendo

¹⁵ A frase completa, na versão inglesa, é a seguinte: “*Imperialism could only have powered an internally homogeneous State which attaches to itself agrarian zones far beneath it culturally. But here, a nationally divided, half-slavic State wished to pursue imperialism at the expense of a slavic neighbour whose culture is of the same origins as the culture of the neighbouring regions of its opponent*”. (Kautsky, 2004)

com que “a base vital da sociedade” se amplie como num “círculo que se torna cada vez mais largo”. Em contrapartida, a ausência da técnica social, ou seu subdesenvolvimento, pode fazer com que a reprodução social se comporte como um “círculo que se torna cada vez mais estreito” ((BUKHARIN, 1990, p. 83-84).

Segundo Bukharin, nível da “técnica social”, “base técnica da sociedade”, “grau de desenvolvimento das forças produtivas”, “condições técnicas e econômicas de exploração das potencialidades”, “nível da estrutura econômica” equivalem-se à “nível de cultura dos indivíduos” ou “capacidade cultural de um povo”, ou seja, uma associação de caráter material, econômica, que se encerra na potencialidade e na destreza para se extrair excedente de um estoque natural constante e implantar a acumulação ampliada de capital. A expressão ‘cultura’, ou “nível cultural”, utilizada por Bukharin sempre com o auxílio das aspas, não guarda associação com qualquer característica genética, antropológica intrínseca, psicológica, ou natural de um indivíduo ou conjunto de indivíduos, tal qual a ‘raça’, por exemplo.

Um entendimento “racial” do termo “cultural” poderia até mesmo ser plausível para a época de seus escritos, quando características inerentes à gênese dos povos eram recorrentemente suscitadas como explicações para a superioridade econômica e política de algumas sociedades e a conseqüente subjugação das demais. No entanto, o marxista russo faz questão de rechaçar semelhante concepção e frisar que todo estudo dos fenômenos sociais deve necessariamente se iniciar com a investigação sobre as “forças produtivas materiais e sociais, da técnica social, do sistema de instrumentos de trabalho”, e não sobre qualquer “teoria das raças”, a qual “tenta atribuir a causa do desenvolvimento diverso das sociedades à diferença de raças” (BUKHARIN, 1990, p. 84). Afinal, para ele,

A teoria das raças é contrária aos fatos. Considera-se a raça negra como inferior, incapaz de se desenvolver por sua própria natureza. Não obstante está provado que os antigos representantes desta raça negra, os kuchitas, criaram uma civilização muito elevada na Índia (antes dos hindus) e no Egito. A raça amarela, que tampouco desfrutava de grande prestígio, criou, personificada pelos chineses, *uma cultura infinitamente mais elevada do que a dos seus contemporâneos brancos*, os quais não passavam de crianças em relação a eles. Agora, conhecemos muito bem tudo que os gregos antigos tomaram dos assírio-babilônios e dos egípcios. Bastam estes fatos para mostrar que as explicações extraídas do argumento das raças não serve para nada. (ibidem, loc. cit., itálicos nossos).

Portanto, não há em Bukharin qualquer evidência de uma perspectiva de desenvolvimento econômico social que possa ser explicada a partir de níveis de cultura ou civilização pretensamente naturais, ou herdados geneticamente. Há, ao contrário, uma forte e incisiva oposição a tal pressuposto. Para ele, é absurda a ideia de que existam “‘raças inferiores’ por sua própria natureza (...) que são incapazes e que jamais conseguiram realizar algo extraordinário, como um zero histórico”. (BUKHARIN, 1990, p. 85). Como também não se pode levar à sério qualquer teoria que insista na tese de que os “povos coloniais ou ‘selvagens’ fazem o papel de adubo da história, servindo apenas para fertilizarem o solo para a população burguesa europeia”. O estudo da história, segundo ele, é impensável se “se tomar a raça como ponto de partida” (op. cit., loc. cit., aspas no original).

Logo, abstraindo-se a conotação antropológica e eliminando comparações semióticas, que nos levariam a discutir agudas diferenças entre várias acepções para o significado de “cultura” e “civilização”, pode-se conceder que, no aspecto econômico, e somente nesse aspecto, ambas as traduções, *cultura* e *civilização*, referem-se, como fica evidente nessa específica parte dos escritos de Kautsky e Bukharin, à capacidade de utilização de tecnologias mais avançadas com o intuito de se produzir e extrair excedentes. Seguindo o raciocínio dos próprios autores, percebe-se que passar para a condição industrial é ascender na escala cultural, algo plausível, por maiores que fossem as dificuldades, mesmo para os povos que ainda se encontravam na condição de zonas agrícolas, bastando, para tanto, reunir as condições técnicas para lidar com os novos equipamentos, bem como as condições políticas e econômicas necessárias para a concretização do plano industrial.

Daí as constantes preocupações de Kautsky em diferenciar o velho do novo protecionismo e apontar a incidência cada vez mais comum dos direitos alfandegários, da prática de *dumping* e da conexão desse tipo de política com a poderosa onda dos trustes e cartéis que invadem os grandes ramos da produção, estas sim, condições necessárias, mas nem por isso suficientes, para todo e qualquer projeto de industrialização dentro dos marcos do capitalismo mundial. Feita essa importante ressalva, podemos dar continuidade ao nexos principal deste trabalho, analisando, desta

vez, a contribuição teórica de Nikolai Bukharin acerca da conformação de um sistema econômico mundial composto por “campo mundial”, de um lado, e “cidade mundial”, de outro, ambos satisfazendo à divisão internacional do trabalho.

4. A função da periferia na totalidade de Bukharin

De acordo com Corrêa (2012, p. 81), a linha principal da chamada teoria clássica do imperialismo, ou a mais importante corrente analítica desse fenômeno, é aquela “chefiada” por Bukharin e Lenin, haja vista terem desenvolvido sistematicamente a concepção de que o imperialismo tratava-se de uma nova fase do capitalismo, marcada pelo fim da livre concorrência, pela era dos monopólios, dos bancos e do capital financeiro, noção esta lançada originalmente por Hilferding.

Bukharin (1984, p. 7) escreveu sobre a economia mundial e o imperialismo no ano de 1915, num momento em que, segundo relata no prefácio de sua obra, “o socialismo [era] espezinhado pelo capital e pelos traidores socialistas”. Sua revolta pode ser explicada pelo fato de ter sido capturado e preso na Suécia enquanto os manuscritos de seu artigo eram enviados para a censura militar na Rússia. Quanto ao prólogo, redigido neste país em 1917, já sob “os ares vitoriosos da revolução socialista” (op. cit.; loc. cit.), mostrava renovado ânimo do autor. Acreditava que a sociedade capitalista, vendo-se obrigada a produzir conforme as leis cegas do mercado tende a se desenvolver de forma caótica, pois abre mão de sua capacidade de conduzir conscientemente o processo de produção material. Abstraía daí que a guerra torna-se apenas mais um método da concorrência capitalista mundial, assim como a divisão do mundo pela exploração do capital.

Economia mundial marcada pelo desenvolvimento desigual e desequilibrado das forças produtivas e, por extensão, das trocas e do mercado. Assim como Hilferding e Rosa Luxemburg, Bukharin via a estrutura mundial capitalista pautada numa anarquia profunda, haja vista, o processo da vida econômica consistir “em produzir mais-valia e reparti-la entre os diversos agrupamentos da burguesia, com base na reprodução sempre mais intensa das relações entre duas classes: proletariado mundial e burguesia mundial”. Processo este amparado em leis econômicas que são leis anárquicas do

mercado e da produção a ele submetidas, e cujos “interesses nacionais” são apenas interesses das classes dominantes. Por isso, a incapacidade dos organismos econômicos nacionais de exercerem qualquer “influência geral reguladora” (BUKHARIN, 1984, p. 25-26).

Além disso, e a exemplo de Kautsky, defendia que essa anarquia causava uma desproporção crônica entre os diversos ramos da produção, o que levava, por exemplo, ao desenvolvimento da indústria em um nível muito superior ao da agricultura moderna. Resultado disso, as crises industriais mundiais e as guerras. Mas, ao contrário do teórico austríaco, não acreditava que os monopólios capitalistas poderiam por fim às crises. Para o teórico bolchevique, a dimensão das crises mundiais extrapolava as soluções nacionais representadas por tais monopólios e a “estrutura anárquica da economia mundial persistiria sem modificações” (ibidem, p. 48).

Para Bukharin, na economia mundial, uma das formas da economia social em geral, os países se posicionam conforme a dicotomia campo-cidade baseando-se em dois elementos: primeiro, as dádivas da natureza e, em segundo lugar, porém mais importante, “as condições sociais derivadas da diferença dos níveis de ‘cultura’, de estrutura econômica, e do grau de desenvolvimento das forças produtivas” (ibidem, p. 18). Esse segundo elemento¹⁶ seria o responsável pelas desigualdades observadas no crescimento das forças produtivas, tendo as “condições naturais herdadas pelas regiões”, apenas importância relativa. Bukharin afirmava que as condições naturais só têm relevo quando “o nível de ‘cultura’ do indivíduo” (ibidem, p. 19, aspas no original) lhe permite aproveitar todas as potencialidades latentes, pois se as condições naturais podem ser consideradas constantes, como num determinado estoque, o nível de cultura é variável, o que permite a expansão, ou ampliação, dos proveitos derivados de uma determinada reserva natural.

Daí asseverar que, de acordo com a “capacidade cultural”, ou as “condições técnicas e econômicas” de explorar as potencialidades de um mesmo estoque natural, dadas pelo

¹⁶ Sobre o sentido da expressão *cultura* no contexto que cremos compor a perspectiva de Bukharin, ver a parte final do item anterior deste trabalho, *Karl Kautsky e a dicotomia do desenvolvimento capitalista: indústria e agricultura*.

estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e com base numa divisão geral do trabalho, os países serão contados entre os “industrializados mais desenvolvidos do mundo” ou entre “os países agrícolas”, logo, atrasados. Afinal, ele afirma que um determinado estoque natural, no caso de “ausentes as condições técnicas e econômicas para sua exploração”, permanecerá como um “capital morto”; ao mesmo tempo em que condições geográficas aparentemente impeditivas às relações entre os homens, tais como pântanos e montanhas por ele citados, “perdem seu sentido negativo mediante técnicas altamente desenvolvidas” (BUKHARIN, 1984, p. 20).

Enquanto os países industriais, por ele chamados de *cidade mundial*, exportam produtos manufaturados e importam produtos agrícolas, os países agrários, ou *campo mundial*, fazem exatamente o oposto. Setorização das atividades produtivas resultante da divisão social do trabalho que, num contexto mundial, toma uma forma particular de existência, a divisão internacional do trabalho, capaz de conformar de um lado, um grupo de potências industrializadas e, de outro, numa referência até então inédita, uma “*periferia* de países atrasados”¹⁷ (BUKHARIN, 1984, p. 67, grifo nosso). Chega a afirmar que o entendimento que se guarda acerca da relação cidade e campo dentro de um mesmo país vale igualmente para o cenário mundial. Daí, os países industriais representem a cidade, enquanto os países agrários, o campo.

Não sendo possível analisar o desenvolvimento econômico burguês pela ótica das nações isoladas, ou fechadas, toda tentativa de explicar aquele específico momento histórico deveria partir de um contexto de economia mundial, e não nacional. Portanto, Bukharin foi também um dos primeiros teóricos a propor a necessidade de uma análise da totalidade, da economia mundial como um todo e não apenas de cada uma de suas partes. Por isso, as lutas entre os Estados nacionais, e também os atritos imperialistas daí decorrentes, serem apenas uma ampliação, para a arena mundial, da luta entre grupos da mesma ordem da burguesia.

¹⁷ Vale ressaltar que das leituras dos teóricos contemporâneos a Nikolai Bukharin por nós realizada, o marxista russo é o primeiro a utilizar a expressão *periferia* para se referir ao grupo de países atrasados ou, na sua concepção, aos países essencialmente agrícolas. A mesma expressão aparece nas versões inglesa, *periphery*, e alemã, *peripherie*, da obra do autor.

Mas, vejamos por que a relação de desigualdade entre as nações tenderia a se perpetuar, na visão de Bukharin. Dada a interdependência criada pelas trocas, num mercado mundial estabelecem-se preços mundiais. Como os países não trocam apenas produtos distintos, mas concorrem pela venda de produtos similares, os custos de produção tornam-se os sinalizadores da quantidade de trabalho que, no interior de cada país, é necessária para a produção de determinado quantum daquele produto. Mas, dado que os preços são mundiais, esses igualam as quantidades individuais de trabalho em uma quantidade social média de trabalho. Os países detentores das forças produtivas mais evoluídas, cujos capitais apresentam maiores composições orgânicas, serão aqueles que tratarão de baixar essa média, impingindo duras perdas aos países cujas técnicas de produção estejam num nível mais atrasado.

Em busca de regiões capazes de propiciar taxas maiores de lucro, o capital flui dos países mais desenvolvidos, que apresentam, portanto menores taxas de lucro, para aqueles menos desenvolvidos, cujos setores produtivos apresentam relações mais intensivas em trabalho do que em capital, na tentativa de contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucro. O capital passa então a ser exportado tanto como capital-juízo quanto capital-lucro, tomando o capital financeiro a sua forma mais “penetrante” e os trustes e cartéis como seus representantes. A necessidade e tentativa de reprodução do capital nesses termos provoca um violento processo de eliminação da concorrência mundial. A concentração, outrora observada no interior das economias nacionais, toma forma no cenário da economia mundial. A internacionalização da economia torna-se, em essência, uma internacionalização de bancos. Buscando, segundo Bukharin, “lucro que transborde em quantidade suficiente”, ao capital financeiro interessa ocupar toda e qualquer região “vazia” do globo, seja ela tropical, polar ou temperada. A expressão “vazia” refere-se aos mercados ou economias ainda livres, ou “não açambarcados pelas grandes potências” (BUKHARIN, 1984, p. 58).

Cada Estado capitalista, tomando partido de suas burguesias já desenvolvidas, cria uma tendência de transformar toda a economia nacional como se fosse uma gigantesca empresa. Interesses privados tomam forma de interesses nacionais. Formam-se os trustes de capitalistas nacionais que, em lugar dos países, começam a concorrer no

mercado mundial. Essa forma agressiva do capital financeiro de expandir as fronteiras para seus ganhos por sobre o maior território econômico possível necessita de uma política de conquista, essencialmente baseada na força militar, o que caracteriza o imperialismo e o define como categoria histórica, peculiar dessa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo (ibidem, p. 71), onde uma série de contradições já plenamente desenvolvida no seio da sociedade capitalista gera um fenômeno específico.

Por isso, a análise que Bukharin faz do imperialismo define a forma como o marxista russo entende a divisão do mundo entre ricos e pobres, conquistadores e subjugados do capitalismo mundial. Dadas as necessidades de salvaguardar mercados para produtos, matérias-primas e investimentos de capital; buscar superlucros quando em intercâmbio com países menos avançados industrialmente; garantir monopólios e barreiras alfandegárias nos novos mercados conquistados; travar acirrada concorrência com outros países desenvolvidos pela supremacia sobre os países atrasados; em todos esses casos, as nações mais desenvolvidas apelam para a expansão econômica sem limites como forma de amenizar os antagonismos internacionais e reservar para si uma parcela das nações menos desenvolvidas.

No decorrer dos últimos anos, o capitalismo mundial, sistema de produção mundial, adquire, assim, o aspecto seguinte: alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências civilizadas) e uma **periferia** de países retardatários (ainda sob regime agrário ou semi-agrário). (BUKHARIN, 1984, p. 67, negrito nosso).

Imprescindível salientar que “*corpos organizados e coerentes*”, para o autor, referem-se às “peças” desse sistema econômico mundial que já se encontram sob uma organização cartelizada, livres da anarquia da concorrência, cujas empresas combinadas, ou associadas eliminam riscos e estabelecem interesses comuns entre elas e os bancos que as financiam. Da anarquia e incerteza da concorrência, típicas do modelo de livre comércio, para a organização e a coerência da centralização, nessa era de imperialismo capitalista.

Note-se a coincidência entre “corpos econômicos organizados e coerentes” e “grandes potências civilizadas”. “Civilização” que, como vimos, refere-se ao nível do progresso técnico, presente nos povos mais industrializados, aqueles cujas unidades produtivas se

organizam em tornos de cartéis e por isso estão livres da concorrência desestabilizadora. Estes comporiam um dos lados da divisão da economia mundial. Do outro, estão os países retardatários, aqueles que ainda não alcançaram o nível de “civilização” adequada ao desenvolvimento industrial e que, conseqüentemente, vivem sob a égide de regimes agrários ou semi-agrários, em suma, a periferia do sistema de Bukharin.

Assim, em vista do objetivo deste trabalho, destacam-se, da contribuição de Bukharin, três elementos analíticos inovadores que surgem a partir de sua investigação sobre a dinâmica da economia mundial e do imperialismo e que se completam num esquema teórico explicativo. Primeiramente, a perspectiva da economia mundial como um todo, a totalidade como unidade de análise, abandonando a investigação das economias nacionais isoladamente, alegando para isso, que as conseqüências das ações nacionais devem ser avaliadas num contexto bem mais amplo, em meio à luta violenta travada pelos grupos econômicos e pelas nações no mercado mundial. O segundo elemento, a conformação de um sistema mundial que reservava lugar de existência a uma periferia do mundo, formada pelos países agrários ou semi-agrários, retardatários na aplicação dos progressos técnicos em seus setores industriais. Tal periferia seria facilmente subjugada pelas “grandes potências civilizadas”, ávidas para dali extraírem taxas mais elevadas de mais-valia. Terceiro elemento, extraído explicitamente de Marx, refere-se ao lucro suplementar auferido pelas grandes potências em suas relações econômicas com países que apresentam um nível inferior de evolução das técnicas produtivas o que garantia aos primeiros, a venda dos produtos de suas manufaturas, nos países atrasados, a um preço acima de seu valor, porém, abaixo do preço praticado nestes últimos.

Como os capitalistas, em face da concorrência mundial, procurariam mais-valia adicional e locais onde capitalizar tal excedente, visando garantir reprodução ampliada do capital, a periferia de Bukharin, dada a baixa composição orgânica do capital, teria a função de gerar lucros capazes de contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, uma vez que as condições particulares de produção e produtividade do trabalho, encerradas nas economias nacionais, não mais determinavam a taxa de lucro, mas sim, as condições gerais de produção e produtividade determinadas pelo mercado mundial.

5. Considerações finais

Entre os argumentos aqui analisados, notamos que vários elementos teóricos presentes entre os autores marxistas do imperialismo sobrevivem nas análises dos teóricos do desenvolvimento econômico que, posteriormente, a partir de meados do século XX, tratariam de sedimentar e formalizar uma concepção de subdesenvolvimento capitalista pautada na desigualdade das condições de vida das massas populares dos países centrais e periféricos. Ao considerarem a hipótese da expansão capitalista como geradora, simultaneamente, de riqueza e pobreza, de desenvolvimento e atraso, tornaram-se os precursores de uma interpretação da economia mundial na qual a preocupação com o lado pobre do sistema se fazia presente.

Nosso objetivo principal foi o de resgatar as contribuições de dois desses autores, Kautsky e Bukharin, que, como vimos, anteciparam vários aspectos e problemas relativos à forma como as regiões que ainda não haviam completado o processo de desenvolvimento de suas forças de acumulação estavam sendo inseridas no mercado mundial capitalista, principalmente no que diz respeito às consequências da especialização com base na divisão internacional do trabalho sobre os rumos do desenvolvimento econômico dessas regiões.

Sem pretender esgotar as possibilidades, destacamos algumas dessas preocupações: i) a percepção sobre a importância do progresso técnico para os níveis de produtividade e suas consequências sobre os níveis relativos de preços dos produtos industriais e agrícolas; ii) o destaque para existência de um fluxo de renda, especialmente sobre a forma de lucros, que transferia considerável parcela da mais-valia extraída dos trabalhadores da periferia para os capitalistas das economias centrais; iii) a constatação da falência da divisão internacional do trabalho e da especialização como promessas de desenvolvimento mundial equilibrado; iv) a abordagem teórica a partir da totalidade do sistema capitalista mundial, ou seja, a economia mundial enquanto unidade de análise; v) um certo imperativo tecnológico, o qual, associado à opção pelas dicotomias campo-cidade, agricultura-indústria, apresentava-se como explicação para os diferentes níveis de desenvolvimento dos países, haja vista a estreita relação dessas com os índices de produtividade do trabalho; vi) a percepção sobre a dificuldade de implantação de uma política industrializante por parte dos países periféricos dados os interesses dissonantes

e particularistas de grupos da burguesia central e mesmo periférica; vii) o alerta acerca da expansão massiva do capital industrial e financeiro sobre a mais vasta região do globo, a centralização de capital daí resultante, bem como da necessidade de se romper com o ciclo histórico de dominação econômica.

Defendemos, portanto, a existência de um ponto de comum acordo entre essas teorias do imperialismo, que surgiram antes da Primeira Guerra Mundial, pois todas percebiam o uso da força e do poder do Estado, especialmente poder militar, com o propósito de extrair vantagens econômicas sobre o mundo como um todo em favor das grandes corporações capitalistas e do capital financeiro. Portanto, além de representarem uma forte contraposição às teorias liberais dominantes, os conceitos, impressões, bem como as formas de abordagem e de interpretação que compunham as teses do imperialismo influenciaram a esquerda radical e as correntes críticas de modo geral. O tom de denúncia, apelo, crítica, e de necessidade de revisão teórica deixados como herança, abriu caminho para os estudiosos posteriores que se dedicaram a investigar os problemas inerentes ao subdesenvolvimento econômico e à estrutura polarizada do capitalismo mundial.

Referências

BROWN, Michael Barratt. **A economia política do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BUKHARIN, Nikolai. Equilíbrio e dinâmica do sistema social. In: GORENDER, Jacob (Org.). **Bukharin - Economia**. São Paulo: Ática, 1990, p. 82-93. (Os Economistas).

CONANT, Charles A. **The economic bases of 'imperialism'**. The North American Review. v. 167, N°. 502, p. 326-340, september, 1898. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25119063?seq=1>. Acesso em: 11 nov. 2012.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. 2012. 236 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a Contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo; Expressão Popular, 2007, p. 271-283.

ETHERINGTON, Norman. Theories of Imperialism: war, conquest and capital. London & Camberra: Croom Helm; New Jersey: Barnes & Noble Books, 1984. FRANK, André Gunder. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1970.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **O negativo do capital**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1998.

HOBSON, John Atkins. **Imperialism, a study**. Marxist's Internet Archive, 2002. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

HOBSON, John Atkins. A principal raiz econômica do imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 417-437.

KAUTSKY, Karl. **The dictatorship of the proletariat**. National Labour Press, 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1918/dictprole/index.htm>. Acesso em: 8 set. 2012.

KAUTSKY, Karl. **Imperialism and war**. International Socialist Review, november, 1920. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>. Acesso em: 3 ago.2012.

KAUTSKY, Karl. **Ultra-imperialism**. Social Democrat, n. XXVII, jul.-dec. 1914. Marxists Internet Archive, 2004. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/xx/finance.htm>. Acesso em 05/12/2012.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo (1914). In: Teixeira, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009a. p. 443-463.

KAUTSKY, Karl. Dois artigos para uma revisão (1915). In: Teixeira, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009b. p. 464-489.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Obras escolhidas de V. I. Lenin. Editorial Avante, 1977, p. 1-75.

LENIN, Vladimir Ilitch. Prefácio. In: BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Série Navegando. Campinas: Unicamp, 2011.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998. Disponível em:

<<http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/13596lowy.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1983a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1983b. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1984a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1984b. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 3.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTICK, Paul. **Karl Kautsky: de Marx a Hitler**. 1939. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

MUSSE, Ricardo. Kautsky e a revolução de 1905. **Revista Crítica Marxista**, UNICAMP, n. 21, p. 154-166, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-musse.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ROBBINS, Lionel. **Economic planning and international order**. London: Macmillan and Co. Limited, 1938. Disponível em <http://203.200.22.249:8080/jspui/bitstream/1701/1/Economic_planning_and_international_order.pdf>. Acesso em 14/ dez/ 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.